

# Rombo externo é o maior da história

» DECO BANCILLON

O Brasil está cada vez mais vulnerável a choques externos, o que poderá colocar em xeque a capacidade do país de atrair investimentos e suportar a instabilidade que o mundo enfrentará a partir de 2015, quando os Estados Unidos passarem a subir os juros. Dados do Banco Central (BC) divulgados ontem mostram o tamanho do problema. Em 12 meses até setembro, o déficit nas transações correntes (conta que inclui a balança comercial, os gastos de brasileiros lá fora, as remessas de lucros de multinacionais e as transferências de rendas) chegou a US\$ 83,6 bilhões, o pior resultado da história.

Ainda mais preocupante do que o número em si é a tendência desfavorável. Em setembro, as trocas do país com o resto do mundo ficaram no vermelho em US\$ 7,9 bilhões, o patamar mais elevado para o mês desde 1990. Um ano antes, o saldo negativo era de apenas US\$ 2,7 bilhões — uma diferença de quase 200%. Os observadores mais pessimistas não previam um rombo tão grande. Na média, os economistas de bancos e corretoras apontavam para perda de US\$ 7 bilhões. Já o BC estimava déficit menor, de US\$ 6,7 bilhões.

Os resultados reforçam o quadro de fragilidade. Nem mesmo a estagnação da economia, situação que, em tese, levaria uma queda nas importações e a um maior equilíbrio, tem conseguido reduzir o rombo nas contas externas. No fim de setembro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou relatório em que apontou o Brasil como a nação emergente com maior déficit nas transações correntes.

No início do ano, outro documento, desta vez publicado pelo Federal Reserve, o banco central norte-americano, já chamava a atenção para os problemas de financiamento externo. O Fed classificou o país como a segunda economia mais frágil, atrás apenas da Turquia. Na época, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, reagiu com ironia à constatação da autoridade monetária dos EUA. "O estudo do Fed tem falhas básicas", disse Mantega.

## Vaquinha

Caso os brasileiros se cotizassem para cobrir o rombo com o exterior, seriam necessários 3,7% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas no país, para zerar o déficit. Para a maioria dos economistas, o percentual já ultrapassou o limite além do qual um país se encontra em situação de risco.

Até recentemente, os fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), que correspondem a recursos aplicados no setor produtivo, eram mais do que suficientes para compensar o saldo negativo. Em 2011, a folga foi de 27%. Mas, no governo de Dilma Rousseff, com a economia andando de lado e a inflação persistentemente alta, o quadro mudou radicalmente. Neste ano, até agora, o dinheiro cobriu apenas 79,5% da fatura. Para tapar o

resto do buraco, o país tem recorrido a capitais especulativos de curto prazo, que vêm ao país atraídos pelos juros altos ou para especular na bolsa.

Os economistas da consultoria Rosenberg chamam a atenção para o fato de que, há 10 meses consecutivos, o ingresso de IED, medido em períodos de um ano, não é suficiente para cobrir o déficit em transações correntes, "tendência que deve permanecer", frisa relatório assinado pela economista-chefê, Thaís Marzola Zara.

Todo país que enfrenta forte desequilíbrio externo, cedo ou tarde sofre com a desvalorização de sua moeda. Nos quatro anos de governo Dilma Rousseff, a moeda norte-americana ficou, em média, 30% mais cara no confronto com o real. Em tese, essa desvalorização ajudaria a aumentar as exportações — já que os produtos nacionais, quando cotados em dólar, ficam mais baratos — e a reduzir o déficit nas contas com o exterior. Não foi, porém, o que aconteceu.

"A depreciação da moeda brasileira em nada ajudou a melhorar a competitividade externa do Brasil", disse o diretor do Grupo de Pesquisas Econômicas para a América Latina do banco Goldman Sachs, Alberto Ramos. Os motivos que levaram a uma piora das contas externas, disse o economista português, são a estagnação do crescimento econômico, as pressões inflacionárias resistentes e uma política fiscal fraca e pouco transparente, comandada pelo Ministério da Fazenda. "Em vez de um ajuste significativo, temos realmente testemunhado um comércio estável e a deterioração do saldo em conta-corrente nos últimos dois anos", frisou.

## Balança

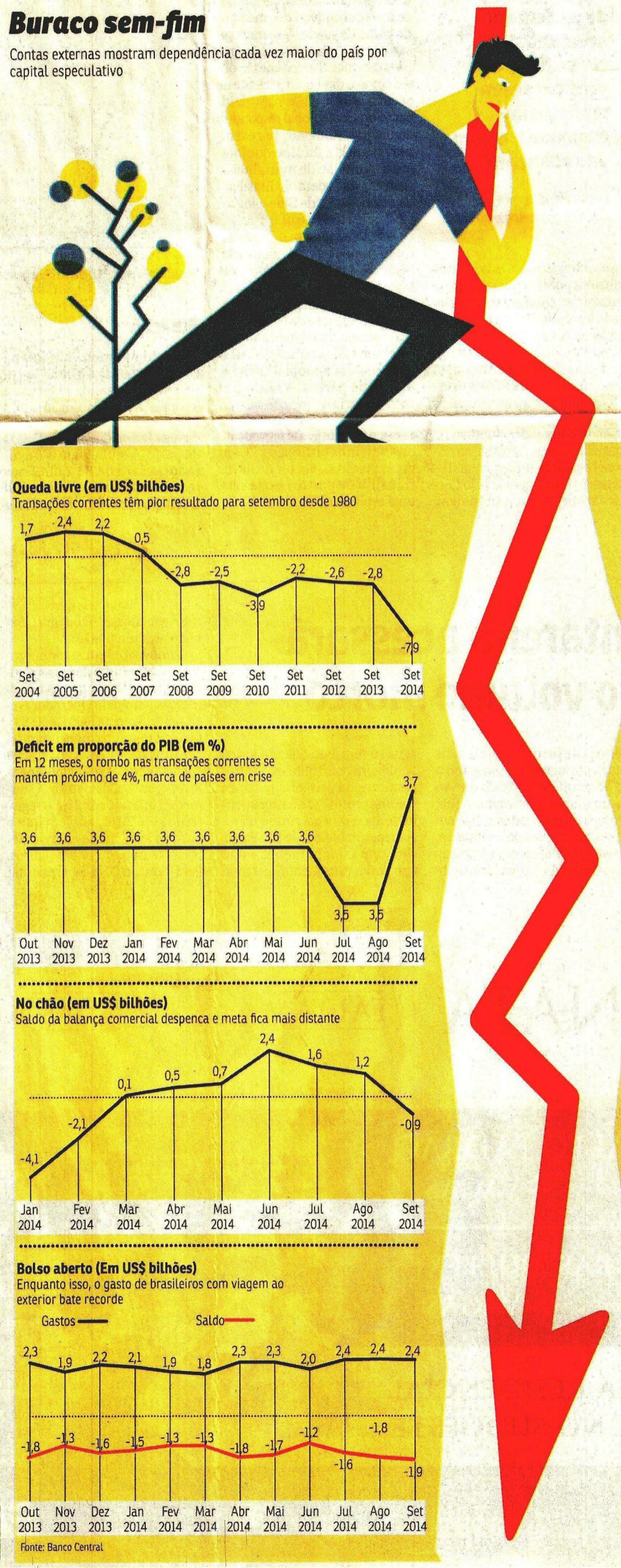
Em setembro, inclusive, o mau resultado da balança comercial foi um dos fatores que contribuiu para o rombo das contas externas. A diferença entre o valor das exportações e das importações resultou num saldo negativo de US\$ 940 milhões. Também pesaram as remessas de lucros e dividendos feitas por empresas estrangeiras, que somaram US\$ 1,7 bilhão, as despesas de US\$ 2,2 bilhões com aluguel de máquinas e equipamentos e os gastos de turistas em outros países (veja texto ao lado).

A projeção do BC é que a balança comercial termine o ano com superávit de US\$ 3 bilhões — uma queda de 90% em relação ao resultado de apenas três anos atrás. Mas, até setembro, a conta está negativa em US\$ 700 milhões. A estimativa oficial é tão improvável que nem mesmo o chefe do Departamento Econômico da instituição, Túlio Maciel, mostrou confiança no cumprimento da meta. "Nossa estimativa é essa, mas será feita nova avaliação em novembro", disse.

Maciel avaliou que o saldo comercial encolheu por causa da queda de preços dos produtos exportados, em especial matérias-primas como soja, minério de ferro e outras commodities. "No ano, até setembro, as exportações subiram 1,8% em volume, mas caíram 3,9% em preço", explicou.

## Buraco sem-fim

Contas externas mostram dependência cada vez maior do país por capital especulativo



## Despesas recordes

Se o consumo das famílias no país tem desacelerado a ponto de derrubar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o mesmo não se pode dizer do gasto dos brasileiros em viagens ao exterior, que não para de crescer. Apenas em setembro os turistas deixaram lá fora US\$ 2,386 bilhões. É quatro vezes mais do que os US\$ 493 milhões que estrangeiros gastaram no país. As despesas nessas contas foram as mais elevadas desde janeiro de 1969, conforme números divulgados ontem pelo Banco Central (BC).

Nem mesmo a recente alta do dólar foi capaz de reduzir a fatuaria. A moeda norte-americana ficou, em média, 9,3% mais cara em setembro. Mesmo assim, os gastos com viagens internacionais subiram 1,4% ante agosto e 11% frente ao mesmo mês de 2013.

Os números deixam claro, na avaliação de especialistas, que foram em vão os esforços do governo para moderar essas despesas. Desde que a conta de viagens passou a ter contribuição significativa para o déficit em transações correntes, o Ministério da Fazenda adotou medidas para conter a gasta. Primeiro, elevou de 0,38% para 6,38% o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre compras feitas com cartões pré-pagos, de débito e com cheques de viagem. Cartões de crédito já tinham essa taxação mais elevada.

Para driblar a restrição, muitos brasileiros passaram a viajar portando recursos em espécie para, desse modo, fugir da tributação nos cartões. Como os gastos não diminuíram, a Fazenda mandou a Receita Federal apertar a fiscalização dos que desembarcam de voos internacionais. A partir de 2015, as companhias aéreas terão que mandar para o Fisco informações sobre origem do passageiro, profissão e peso das bagagens. Os viajantes também serão monitorados por câmeras na chegada ao Brasil.

## Estrangeiros

Em setembro, o saldo na conta de viagens ficou negativo em US\$ 1,894 bilhão, o pior resultado para o mês desde 1969. O BC, porém, vê equilíbrio nessa conta. "Diferentemente de outros momentos, em que esse (déficit) cresceu 25% ao ano, hoje há moderação, tanto que, no ano, estamos com alta de 4,5%", disse o chefe do Departamento Econômico do órgão, Túlio Maciel. Em 2013, o saldo avançou 18% sobre 2012.

O que pode ajudar a reduzir o rombo é o maior gasto de estrangeiros no país. No ano, até setembro, eles deixaram aqui US\$ 5,4 bilhões, uma alta de 7,64% sobre igual período de 2013, e o maior montante desde 1990. Boa parte do aumento se deve à Copa do Mundo. "É possível que o Brasil finalize o ano acima dos US\$ 7 bilhões, um feito inédito", disse o diretor do Departamento de Estudos e Pesquisas do Ministério do Turismo, José Francisco Lopes, em nota. (DB)